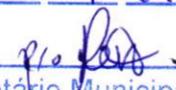




Comissão de
Pregão

PUBLICADO NO
PLACARD

Em: 03/11/21


Secretário Municipal
da Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS D Nº.060/2021

Ata de Registro de Preço, para aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras pelos órgãos relacionados no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

Processo Nº : 5399/2021/FMS

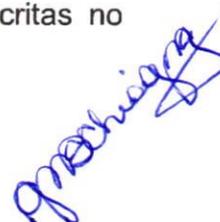
Validade: 12 (Doze) Meses.

Na data de 26 de outubro de 2021, na PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE, sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço Av. Trajano, nº 55, Centro, Posse-GO, a Pregoeira nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Federal 10.520/2002 e Decreto Municipal 025/2021, conforme a classificação das propostas apresentadas no Edital de Licitação Nº.082/2021 modalidade Pregão Presencial Nº.060/2021(MENOR PRECO POR ITEM), vista ao SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do resultado o julgamento da proposta de preços, publicada no Placar da PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE e Homologado pelo GESTOR DO EXECUTIVO. Do processo acima referenciado, resolve REGISTRAR OS PREÇOS DE REGISTRO DE PREÇOS. Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte desta tendo sido o referido preço oferecido pela empresa, cuja proposta foi classificada em primeiro e declarada vencedora no certame acima numerado como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto: aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos contidos no Edital Nº.082/2021 – Especificação do Objeto e Estimativa de Preço;

1.2. PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE, não se obriga a adquirir os itens relacionados do licitante vencedor, nem nas quantidades descritas no






Comissão de Pregão

edital, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93;

1.3. Os preços a serem pagos à Detentora serão os vigentes na data da contratação, independente da data da entrega dos materiais;

1.3.1. O preço a ser pago pela Administração pelos objetos compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto da ARP, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução, de modo que nenhum outro ônus seja devido à Detentora;

1.3.2. Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços referem-se aos seguintes itens:

Empresa: VIA PHARMA DO BRASIL EIRELI **CNPJ/CPF:** 30.949.099/0001-33

Representante: GETULIO MEDEIROS DANTAS **CPF:** 837.525.364-20

Status: Com **Procuração**

Microempresa: Não

Lot e m	Produto	Unidade	Marca	Qtd	Valor	Total
1 2	CLORIDRATO DE PRASUGREL 10MG	COMPRI MI DO	DAIICHI SANKYO	450,0000	9,6800	4.356,0000
1 10	SUCCINATO DE MFTOPROLOL 25MG	COMPRI MI DO	PHARLAB	5.000,00	0,3700	1.850,0000
1 13	BUDESONIDA SPRAY NASAL 50MCG	FRASCO	ACHE	12,0000	30,9400	371,2800
1 14	CARMELOSE SÓDICA	FRASCO	UNIÃO	12,0000	19,9100	238,9200
1 22	ESTRADIOL 1MG+ NORETISTERONA 0,5MG	COMPRI MI DO	BIOLAB	336,0000	1,2600	423,3600
1 24	LORATADINA+ PSEUDOEFDRIINA	FRASCO	E.M.S.	6,0000	8,5000	51,0000
1 27	TIAMINA+ PIRIDOXINA+ CIANOCOBOLAMINA	COMPRI MI DO	MERCK	1.500,00	2,0100	3.015,0000
1 29	RIVAROXABANA 10MG	COMPRI MI DO	E.M.S.	180,0000	3,7500	675,0000
1 30	RIVAROXABANA 20MG	COMPRI MI DO	E.M.S.	180,0000	3,6000	648,0000



Comissão de Pregão

1 38	VALERATO DE ESTRADIOL 1MG	COMPRI MI DO	BAYER	420,0000	1,3700	575,4000
1 50	DESVENLAFAXINA 100MG	COMPRI MI DO	GERMED	390,0000	1,2300	479,7000
1 61	COGMAX	COMPRI MI DO	EUROFAR	410,0000	1,8200	746,2000
1 64	COLÍRIO ANESTÉSICO	FRASCO	ALLERGA	30,0000	9,3800	281,4000
1 78	CEFALOTINA 1000MG	AMPOLA	ABL	2.000,00	5,9100	11.820,0000
1 88	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO	COMPRI MI DO	E.M.S.	3.500,00	0,6300	2.205,0000
1 92	APIXABANA 2,5MG	COMPRI MI DO	WYETH	360,0000	4,8000	1.728,0000
1 93	APIXABANA 5MG	COMPRI MI DO	WYETH	360,0000	4,8000	1.728,0000
1 97	BECLOMETASONA + FORMOTEROL	COMPRI MI DO	BIOSINTE TICA	1.440,00	1,7200	2.476,8000
1 98	BENFOTIAMINA 150MG	COMPRI MI DO	MANTEC	2.520,00	2,0600	5.191,2000
1 99	BENZOATO DE ALOGLIPTINA 25MG	COMPRI MI DO	TAKEDA	390,0000	3,6200	1.411,8000
1 101	BROMETO DE ROCURÔNIO 10MG/ML	AMPOLA	ABL	200,0000	19,000	3.800,0000
1 108	CLORIDRATO DE CI ONIDINA 200MG	COMPRI MI DO	BOEHRIN GER	1.080,00	0,3800	410,4000
1 109	CLORIDRATO DE SOTALOL 160MG	COMPRI MI DO	MERCK	720,0000	0,7900	568,8000
1 115	DOXAZOSINA 2MG + FINASTERIDA 5MG	COMPRI MI DO	EUROFAR	360,0000	2,4700	889,2000
1 122	FORMOTEROL + BUDESONIDA 12/200	DOSE	NOVARTI	720,0000	2,0000	1.440,0000
1 124	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG	COMPRI MI DO	MSD	1.560,00	1,2600	1.965,6000
1 125	FOSFATO DE SITAGLIPTINA	CAPSULA	MSD	896,0000	3,9000	3.494,4000
1 126	GENTAMICINA 40MG/ML	AMPOLA	SANTISA	1.500,00	1,3100	1.965,0000
1 127	GLICERINA 1L	LITRO	RIOQUIMI	30,0000	23,750	712,5000
1 128	GLICOSAMINA 1,5G + CONDROITINA 1,2G	ENVELO P E	ZODIAC	360,0000	3,5300	1.270,8000
1 131	HIDROXIZINA 25MG	COMPRI MI DO	E.M.S.	180,0000	0,7700	138,6000
1 133	INSULINA GLARGINA	CANETAS	SANOFI	260,0000	90,000	23.400,0000

Handwritten signature and initials in blue ink.

1	136	MALEATO DE BRONFENIRAMI	COMPRI MI DO	ACHE	180,0000	1,6900	304,2000
1	139	METRONIDAZOL 400MG	COMPRI MI DO	TEUTO	1.500,00	0,2100	315,0000
1	145	ÓLEO DE ÁCIDOS GRAXOS	UNIDADE	NUTRIEX	600,0000	3,3700	2.022,0000
1	148	PEDIASURE SABOR	LATA	ABBOTT	24,0000	53,0000	1.272,0000
1	150	PENTOXIFILINA 400MG	COMPRI MI DO	E.M.S.	500,0000	1,2300	615,0000
1	154	PROMETAZINA	AMPOLA	SANVAL	2.500,00	1,9200	4.800,0000
1	162	TARTARATO DE METROPOLOL 5MG/ML	AMPOLA	HALEXISTAR	300,0000	19,0000	5.700,0000
1	171	ÁLPRAZOLAM 1 M	COMPRI MI DO	MULTILAB	8.000,00	0,1000	800,0000
1	200	AGULHA HIPODÉRMICA	UNIDADE	SOLIDOR	700,0000	9,5000	6.650,0000
1	201	ALGODÃO HIDRÓFILICO	ROLO	FAROL	500,0000	10,0000	5.000,0000
1	219	EQUIPO MACROGOTAS PARA INFUSÃO	UNIDADE	LAMEDID	800,0000	25,0000	20.000,0000
1	229	FIO AGULHADO DE NYLON C/ AGULHA 5-0 -	UNIDADE	SHALON	20,0000	40,8000	816,0000
1	230	FIO AGULHADO DE NYLON C/ AGULHA 6-0 -	UNIDADE	SHALON	20,0000	40,8000	816,0000
1	232	FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL (POLIGLACTINA 910)	UNIDADE	SHALON	5,0000	162,5100	812,5500
1	233	FIO DE SUTURA ABSORVÍVEL (POLIGLACTINA 910) N 1 - 24	UNIDADE	SHALON	5,0000	162,5100	812,5500
Total							131.062,6600

1.2. Órgãos ENVOLVIDOS:

1.2.1: Órgão gerenciador:

- Fundo Municipal de Saúde de Posse.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

2.1 - A Ata de Registro de Preços firmada em decorrência do presente procedimento licitatório, terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura que será logo após a homologação do certame, não podendo ser prorrogada;

2.2 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Fundo Municipal de Saúde de Posse promover as negociações junto aos fornecedores, observando as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº. 8.666/93;

2.3 – O Fundo Municipal de Saúde de Posse monitorará os preços dos produtos/serviços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

2.4 – O Fundo Municipal de Saúde de Posse convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado;

2.5 – Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

2.6 – Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado;

2.7 – Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão, não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e



Comissão de
Pregão

aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira;

2.8 – Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo(a) o Fundo Municipal de Saúde de Posse para aquisição;

2.9 – Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Fundo Municipal de Saúde de Posse, poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS:

3.1 – O preço ofertado pela empresa signatária da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS são os abaixo descritos:

Fornecedor Registrado: VIA PHARMA DO BRASIL EIRELI.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

4.2 - Automaticamente, quando:

- a) Por decurso do prazo de vigência;
- b) Quando não restarem fornecedores registrados; ou
- c) Pela(o) Fundo Municipal de Saúde de Posse, quando caracterizado o interesse público.;

4.3 - Pela Administração, quando:

- a) As detentoras descumprirem as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;



Comissão de Pregão

- b) As detentoras não retirarem a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) As detentoras não aceitarem reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente, justificadas pela Administração;
- e) As detentoras derem causa à rescisão administrativa de contrato/carta-contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

4.4 - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços:

- a) A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas nas Sanções Administrativas, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

4.5 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

4.6 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço das detentoras, a comunicação será feita por publicação de acordo com as leis que regem as licitações, considerando-se cancelado o preço registrado no dia subsequente à publicação;

4.7 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor relativas ao fornecimento do item;

4.8 – Caso o Fundo Municipal de Saúde de Posse não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata, a seu exclusivo critério poderá suspender a sua



Comissão de
Pregão

execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE ENTREGA

5.1 – Os objetos licitados deverão ser entregues, no prazo no máximo em até 07 (sete) dias úteis, no horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta, exceto sábado, domingo e feriados, no Setor de Almojarifado, mediante Autorização de Fornecimento emitida pelo ALMOXARIFADO OU DPTO. DE COMPRAS, cujo quantitativo poderá ser variável a critério da mesma;

5.2 – O Fundo Municipal de Saúde de Posse, poderá recusar todos e quaisquer objetos em desacordo com a Autorização de Fornecimento, no que se refere à especificação do material com os apresentados na proposta comercial, ou se apresentarem defeitos, avarias decorrentes de fabricação, ou que tenham sofrido danos ou avarias no transporte ou descarga, que comprometam o seu uso regular e adequado observados no ato da recepção.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:

6.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo chefe do almojarifado e da competente liquidação da despesa;

6.2 - Se o objeto não for entregue conforme especificações, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento;

6.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

6.4 - Nenhum pagamento será efetuado a proponente vencedora, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira ou

previdenciária, sem que isso gere o direito a alteração de preços ou compensação financeira por atraso;

6.5 - O Contrato tem a obrigação de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES:

7.1 – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À CONTRATADA:

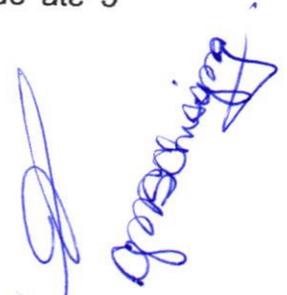
7.2 – A CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;

7.3 - Caso à contratada se recuse a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho ou não assinar o contrato no prazo indicado, após devidamente notificada sem motivo justificado, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida;

7.4 - Ocorrendo a hipótese referida no subitem 7.3, o Fundo Municipal de Saúde de Posse determinará a anulação da Nota de Empenho, ficando ainda à contratada assegurado o contraditório e ampla defesa, sujeita às seguintes sanções;

a) Aplicação de multa compensatória correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta; e

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE, no prazo de até 5 (cinco) anos.



7.5 – O valor da multa de que trata a alínea “a” do subitem anterior deverá ser recolhido pela contratada inadimplente dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação;

7.6 – Decorrido o prazo sem que haja recurso ou manifestação da adjudicatária, o CONTRATANTE, por intermédio da Autoridade Contratante, adotará as medidas cabíveis visando à cobrança por via judicial;

7.7 – DA MULTA COMPENSATÓRIA:

7.8 – A multa compensatória, subitem 7.4, alínea “a”, será aplicada a adjudicatária que após devidamente notificada, não comparecer para proceder à assinatura do contrato no prazo indicado configurando o descumprimento total da obrigação assumida conforme preconiza o art. 81 c/c art. 87, II, da Lei nº 8.666/93, independente das demais cominações legais cumulativas;

7.9 - A contratada não incorrerá em multa compensatória quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pelo órgão licitador em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável à culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado respeitado o limite legal;

7.10 – DAS ADVERTÊNCIAS:

7.11 – A advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa moratória;

b) Execução insatisfatória ou inexecução da aquisição/serviço, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da ou para a CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

7.12 - MULTA MORATÓRIA:



Comissão de Pregão

7.13 - A multa moratória, ex vi do art. 86, e multa por inexecução contratual, ex vi do art. 87, ambos dispositivos da Lei n.º 8.666, de 1993, na forma e nos percentuais abaixo estabelecidos serão aplicadas quando a contratada deixar de cumprir ou descumprir de forma parcial ou total as obrigações inerentes ao objeto do contrato, como também as obrigações acessórias legais ou extralegis relacionadas no instrumento contratual, independente das demais cominações legais cumulativas;

7.14 - A multa moratória será cobrada pelo atraso injustificado na entrega do bem ou de quaisquer relatórios ou documentos a ele relacionados, solicitado pelo responsável pelo acompanhamento do contrato com prazo determinado para entrega, sem justificativa por escrito e aceito pelo preposto do órgão licitador, sujeitará a adjudicatária ou a contratada, conforme o caso, à multa de mora de 0,5% (meio por cento por dia de atraso) do valor da proposta ou da etapa a ser adimplida, até a data do efetivo cumprimento, observado o limite de 20% (vinte por cento) do valor da proposta ou do contrato conforme o caso. Atingido tal limite, será considerada a inexecução total da obrigação assumida e/ou será rescindido unilateralmente o contrato/carta-contrato, conforme o caso;

7.15 - A multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contados da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

7.16 - **MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL:**

7.17 - A multa por inexecução parcial ou total do contrato será aplicada quando a contratada incorrer nas hipóteses previstas no instrumento convocatório em uma das situações a seguir indicadas, no percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da obrigação não cumprida;

7.18 - Deixar de cumprir integralmente a etapa de fornecimento no prazo avançado inclusive seus acessórios caracterizando o inadimplemento total da obrigação, com lesão ao interesse público, que enseje rescisão unilateral do contrato Multa: 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;



Comissão de Pregão

7.19 - Cumprir parcialmente o objeto do fornecimento, caracterizando como fornecimento do bem de forma parcelada, que não esteja devidamente autorizado a fazê-la, ou seja, de sucessivas vezes para completar o contratado ou obrigação, de forma incompleta, isto é, não entregar o objeto contratado dentro do limite de quantidade estipulado; Multa: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

7.20 - Fornecer o bem ou serviço em desacordo com os padrões exigidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Posse, Multa: 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;

7.21 - Se, a partir do 2º (segundo) dia útil, após devidamente notificada, não corrigir ou sanar, os defeitos ou incorreções constatadas em qualquer fase de execução do contrato relativo ao bem fornecido, bem como não realizar a substituição dos equipamentos fornecidos em desacordo com o contratado. Multa: 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/carta-contrato;

7.22. - A aplicação da multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente já aplicada ou em fase de aplicação, podendo ser aplicada cumulativamente.

7.23 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POSSE.

7.24 - A suspensão do direito de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE, independente das demais cominações legais cumulativas pode ser aplicada ao licitante ou ao contratado que, de forma dolosa ou culposa prejudicar o andamento ou execução do certame licitatório, e especialmente;

7.25 - Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

7.26 - Cometer quaisquer irregularidades que acarretem ou possam acarretar prejuízos ao órgão licitador;

7.27 - Tiver sofrido, até a data da licitação, condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal ou trabalhista ou previdenciária no recolhimento de quaisquer tributos incluindo-se as contribuições sociais;

7.28 - Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.29 - Demonstrar, na época da licitação, não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador em virtude de atos ilícitos praticados;

7.30 - Praticar ação com improbidade e premeditada em prejuízo do órgão licitador ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

7.31 - Apresentar ao órgão licitador, quando da licitação, documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

7.32 - PRAZO DE SUSPENSÃO: até 5 (cinco) anos.

7.33 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

7.34 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pelo Pregoeiro, pela Divisão de Licitações, Contratos e Convênios ou por servidor ou fiscal devidamente designado para fiscalizar o contrato, conforme a situação, a Autoridade competente da CONTRATANTE, visando à aplicação da sanção à licitante ou a contratada, pelas seguintes situações e prazo;

7.35 - Condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

7.36 - Prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

7.37 - Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador, em virtude de atos ilícitos praticados;

7.38 - Praticar ação com improbidade ou ações premeditadas que evidenciem interesses escusos ou má fé em prejuízo do órgão licitador;

7.39 - Apresentar na licitação qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, na licitação ou durante a execução do contrato;

7.40 - Se recusar a assinar o contrato quando devidamente convocado caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida;

7.41 - PRAZO DE DECLARAÇÃO: até 5 (cinco) anos;





Comissão de
Pregão

7.42 - DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

7.43 - As sanções serão aplicadas pela Autoridade Contratante com exceção da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública;

7.44 - Dos atos praticados pela Autoridade Contratante, caberá recurso à Autoridade Superior o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato o qual deverá ser interposto perante a autoridade recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informando, para apreciação e decisão da autoridade superior;

7.45 - A declaração de inidoneidade será proposta ao Prefeito mediante parecer fundamentado, a quem caberá decidir e aplicar a sanção;

7.46 - A aplicação das sanções será efetuada mediante autuação em processo administrativo instaurado para esta finalidade, aberto mediante requerimento devidamente fundamentado apresentado pela Pregoeira ou pela Divisão de Licitações Contratos e Convênios ou por servidor ou fiscal devidamente designado para fiscalizar o contrato, conforme a situação, observado o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo observando-se as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como da Lei nº 9.784/99, no que couber;

7.47 - Após instauração do processo administrativo, será comunicado ao preposto da empresa contratada a situação que gerou a ocorrência e a intenção de aplicação da penalidade abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para oferecimento de defesa prévia. No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Fundo Municipal de Saúde de Posse, o prazo para o oferecimento de defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis a contar da comunicação e abertura de vista dos autos na sede do órgão licitador.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Integram esta Ata, o Edital de Licitação N.082/2021, modalidade REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO - MENOR PREÇO, destinado ao

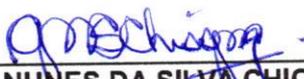


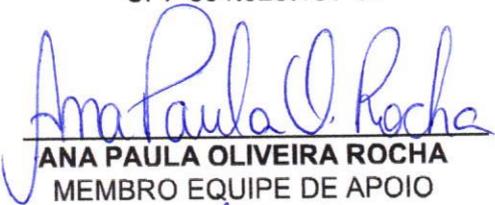
Comissão de
Pregão

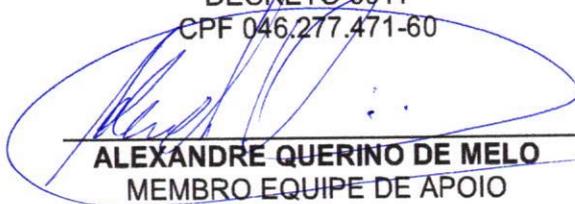
REGISTRO DE PREÇOS e seus Anexos, a Proposta da (s) Empresa (s), FORNECEDORES classificada (s) no certame supra numerado;

8.2. Fica eleito o Foro de POSSE - GO para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Posse-GO, 03 de novembro de 2021.


GIOVANNA NUNES DA SILVA CHIOGNA
PREGOEIRO DECRETO 0011
CPF 591.925.181-68


ANA PAULA OLIVEIRA ROCHA
MEMBRO EQUIPE DE APOIO
DECRETO 0011
CPF 046.277.471-60


ALEXANDRE QUERINO DE MELO
MEMBRO EQUIPE DE APOIO
DECRETO 0011
CPF 827.511.021-15

FORNECEDOR:

VIA PHARMA DO BRASIL
EIRELI:30949
099000133

Assinado de forma digital por VIA PHARMA DO BRASIL EIRELI:30949099000133
Dados: 2021.11.30 15:55:28 -03'00'

VIA PHARMA DO BRASIL EIRELI
CNPJ 30.949.099/0001-33
GETULIO MEDEIROS DANTAS
COM PROCURAÇÃO CPF 837.525.364-20